



INTERFACES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: LEITURAS SOBRE A CIDADANIA NA PÓS-MODERNIDADE

Karina Almeida de Sousa ¹

Este ensaio dialoga com duas pesquisas. Na primeira², concluída em 2008, realizei um mapeamento das percepções teóricas relativas à questão étnico-racial nas produções acadêmicas apresentadas em duas importantes associações, uma da Educação e a outra das Ciências Sociais. Na segunda³ pesquisa, em andamento, entre outros objetivos, busco apreender as continuidades e descontinuidades estabelecidas entre os debates acadêmicos e as Políticas Públicas Educacionais, a partir da análise dos seguintes documentos: Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996).

As pesquisas citadas informam a relevância das temáticas ligadas à pertença étnico-racial, a identidade, a cidadania, a diferença, a diversidade e a instituição escolar. Contextualmente, este texto busca interpretar, partindo dos textos apresentados nas associações, a gama conexões e antagonismos estruturantes do projeto educacional em voga. Para a efetivação desta proposta parte-se das análises das Políticas Públicas Educacionais sob o prisma dos modelos que esboçam a educação enquanto um elemento constituinte dos projetos de desenvolvimento do Estado nacional.

Ao iniciar às análises das recorrências dos debates acadêmicos sob os documentos das Políticas Públicas Educacionais- PNE e LDB- pretendo compreender as formas pelas quais os debates que retratam questões teóricas e práticas são elaborados no escopo do projeto do Estado-Nação. A escola, como um dos elementos contribuintes do projeto descrito, representa o espaço privilegiado do encontro das diferenças, ou seja, do encontro de sujeitos marcados por experiências, desejos, histórias biográficas, corporalidades e performances que traduzem e dão visibilidade aos marcadores sociais da diferença. Problematizo, então, como a apreensão das dinâmicas sociais coexistentes nos processos educacionais apreendidas tanto nos documentos legais, quanto no cotidiano escolar se relacionam se relacionam, diretamente, aos processos clássicos de socialização,

¹ Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Graduada em Ciências Sociais (UFSCar). E-mail para contato: sousa_karina@yahoo.com.br

² A pesquisa de *Iniciação Científica* “Educação e Questão Étnico-Racial na Pós-Redemocratização: uma análise das associações ANPOCS e ANPED”. O referido mapeamento foi efetuado a partir dos trabalhos apresentados nas associações de pós-graduação e pesquisa ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), no período de 1988 a 2003.

³ A segunda pesquisa é intitulada “Diferença ou Diversidade: um percurso sobre as identidades e a cidadania nas políticas públicas educacionais”. Esta última vem sendo realizada durante o mestrado em curso.



ou seja, da encucação das regras básicas direcionadas ao convívio social “harmônico”. Uma segunda vertente de análise insere a instituição escolar no âmbito da formação de sujeitos. Nesta vertente aproximo a construção teórica de Avtah Brah, ao cunhar o conceito de sujeitos-em-processo. Uma leitura contextualizada da autora permite compreender a instituição escolar enquanto lócus de formação dos sujeitos em duas vertentes principais, a primeira, de modo positivo pautada no reconhecimento e na valorização positiva dos sujeitos que portam em seus corpos ou em suas condutas os marcadores sociais da diferença. A segunda vertente, a negativa, pautada no apagamento e valorização negativa dos sujeitos portam em seus corpos, suas condutas, experiências e históricos pessoais os marcadores sociais da diferença⁴. Início as análises pensando numa dinâmica educacional que insere a escola enquanto o espaço privilegiado do aprendizado de regras e normas para o convívio social, e ainda da formação de processos morais e valorativos que proporcionam visibilidade aos marcadores sociais da diferença. Neste contexto, o espaço e a educação escolar passam a ser compreendidos enquanto os lugares centrais dos debates referentes a construção e a formação das identidades e da cidadania, respectivamente.

Com base em Torres (2003, p. 89) questiono a existência de uma oposição interpretativa e analítica da relação entre a construção das identidades e a formação da cidadania, tendo como parâmetro as relações étnico-raciais. Esta perspectiva parte da análise do espaço escolar, enquanto espaço do encontro das diferenças, e das políticas públicas educacionais, enquanto meios de estabelecimento das plataformas de conhecimento desenvolvidas para a educação.

Os processos de identificação e a educação escolar

O espaço escolar, neste *papper*, é identificado enquanto o *lócus* de pluralidades, tanto de sujeitos plurais, quanto das experiências plurais e múltiplas que marcam estes sujeitos. Compreendo a instituição escolar enquanto o espaço do encontro das diversas experiências biográficas e sociais que influem na constituição desses sujeitos. Neste sentido, utilizo o conceito da identidade relacional, como é pensada por Woodward, constituída em relação ao outro, numa perspectiva que vê a relação do indivíduo com o outro pelo que ele não possui, ou seja, pelo contraste marcado na diferença (2008, p.9).

Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve,

⁴ Neste aspecto problematiza-se a emergência do Bulling.



fundamentalmente, relações de poder. (...). A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição⁵.

A partir dessa leitura, podemos pensar as identidades compreendidas no entremeio aos processos de construção relacionados a contextos de interação, historicamente contextuais, ou seja, negociadas e produzidas em “(...) locais históricos e instituições específicas, no interior de formações e práticas discursivas específicas e por estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2008, 109)”. Utilizando Hall, as identidades são lidas como pontos de sutura, “pontos de apego temporários às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (2008, p. 112). Partindo desta elaboração teórica, considero a identidade enquanto um conceito que permite sua compreensão por meio da construção e reconstrução dos processos que compõe as percepções identitárias dos sujeitos.

O desenvolvimento da educação, em sua concepção contemporânea, ilustra o contexto institucional que proporciona as interações sob as quais as identidades são produzidas, a partir das relações estabelecidas entre a consciência individual e a estrutura social, destacando-se a atuação da instituição escolar. A instituição escolar é, portanto, a organização social ou o espaço em que aprendemos e compartilhamos não apenas conteúdos e saberes escolares, mas também, valores crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de orientação sexual, de classe, de geração e de território (Gomes, 2002, p.1).

O ambiente escolar, compreendido em sua dimensão de socialização, atuaria como uma das instituições sociais nas quais os indivíduos vivenciam larga parcela de seu processo de adaptação á vida social. No entanto, a educação, aí compreendida na vivência e interação com o espaço e o cotidiano escolar é potencializada enquanto instituição atuante ainda no processo formativo dos sujeitos. As experiências vivenciadas durante este processo participam dos questionamentos das identidades, principalmente por meio do contato com o Outro. Análises da escola que partem da alteridade proporcionam leituras sobre a educação como o local do encontro das diferenças, como pensa Silva, de diferenças que estabelecem relações de poder, enquanto produtos da dimensão social.

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca artificiais, que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas, que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação⁶.

⁵ SILVA, PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES. *Movimento Negro, Educação e Produção do Conhecimento de Interesse dos Afro-Brasileiros*. Artigo apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Grupo de Trabalho: Movimentos Sociais e Educação, 1995.p. 96

⁶ HALL, STUART. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.p. 108



A autora Avta Brah busca compreender a dinâmica da subjetividade e da identidade inserida na dinâmica do poder da diferenciação social, compreendendo o sujeito inserido na vivência intermitente de sua construção, cunha, desta maneira um rico conceito: sujeito-em-processo. Leituras que se apropriam dos conceitos formulados pela autora nos permitem compreender a experiência como o espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas ou repudiadas (Foucault apud Brah, 2006, p. 361), desdobrando-se em experiências da diferença. Inscrevendo o conceito ao espaço analisado, pode-se dizer que a instituição escolar se configura como importante espaço para pensarmos o encontro das experiências vivenciadas nas e por meio das diferenças.

As análises da educação sob os enfoques do currículo, da formação de professores e do material didático, permitiram a união de percepções referentes a um modelo pautado sob características e padrões sociais e culturais que alocam subalternamente a diferença de vivências, experiências e identificações. Os processos de hierarquização social nos quais as experiências das identificações e da diferença são construídas têm como desdobramentos a reprodução de padrões essencializantes e, concomitantemente, sua instrumentalização por meio de práticas excludentes, discriminatórias e/ou preconceituosas direcionadas aos sujeitos que de alguma forma vivenciaram a experiência da diferença enquanto marca de seus processos identitários.

Ampliam-se as concepções acerca das identidades, das normas reproduzidas por e no meio do espaço escolar durante o processo dialógico e contextual de construção, do questionamento não apenas dos sujeitos beneficiados, como também dos parâmetros utilizados para a formação do modelo de sociabilidade e de formação transmitido pela e na escola.

A formação da cidadania. Em busca da cidadania cultural?

O questionamento das políticas educacionais se articula em torno de políticas constituintes e reguladoras de um modelo específico de cidadania. Marshall, teórico clássico da concepção de cidadania calcada nos pilares do iluminismo, condena a diferenciação ou desigualdade qualitativa entre os homens, cunhada pelo status social e cunha justamente a cidadania como parâmetro de igualdade. Neste sentido, a igualdade básica se embasaria na associação com a participação integral na comunidade, ou seja, no exercício pleno dos direitos contidos na noção de cidadania. Segundo o autor, o desenvolvimento da cidadania até o fim do século XIX se dá na compreensão dos direitos civis, políticos e sociais. Seguindo uma organização cronológica, os direitos civis, surgidos no século XVIII, se inserem na concepção da liberdade individual (liberdade de ir e vir, imprensa,



pensamento e fé, propriedade e justiça). A cidadania transfere, então, a esfera do direito local ao universal, ampliando direitos a todos os homens.

Os direitos políticos, direitos de participar no exercício do poder político, dialogam com o sufrágio universal, transferindo sua base do substrato econômico ao status pessoal. Surgidos no século XIX serão, já no século XX, associados aos direitos civis na composição da cidadania. Ainda no século XX a participação de comunidades e associações pauta a incorporação dos direitos sociais a noção de cidadania. A cidadania passa a ser pensada como status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Neste ínterim a educação como direito social, é pensada no desenvolvimento formativo dos cidadãos, objetivando a preparação para a vida em meio social, na perspectiva da socialização que prepara para inserção na estrutura social vigente, ou seja, o projeto de escolarização foi pensado enquanto capacitação para a cidadania, e esta projetada como medida de igualdade entre os sujeitos.

O questionamento das políticas educacionais, de caráter universalista, se articulou em torno de políticas constituintes, e reguladoras de um modelo específico de cidadania. No contexto nacional a construção desse conceito se pauta no viés do reconhecimento por meio da profissão ou ocupação, logo, discuto a partir de um modelo restrito e adscritivo. Modelo este que pressupõe o apagamento de quaisquer diferenças entre os sujeitos, tornando-os assexuados, miscigenados, iguais em origem, status e estratos sociais.

A concepção de cidadania regulada de Santos (1979) se funda como desdobramento da concepção de cidadania formulada por Marshall, neste momento, ainda analisada superficialmente. Santos (1979, p. 74) insere a cidadania enquanto pertinente a passagem da esfera da acumulação para esfera da equidade.

A equidade aqui discutida é problematizada por meio da regulação da ocupação, logo,

(...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer um das ocupações reconhecidas e definidas em lei. Neste sentido a expansão da cidadania pode se dar pela regulamentação de novas profissões e / ou ocupações, e mediante a ampliação do escopo de direitos associados a estas profissões, antes que por meio dos valores inerentes aos conceito de membro da comunidade.⁷

O conceito de cidadania regulada, cunhado em Santos (1979, p. 75), define a incorporação dos direitos, já elaborados por Marshall, aos indivíduos necessariamente imersos nos parâmetros do reconhecimento profissional ou ocupacional. Perspectiva que se opõe as demandas dos novos movimentos sociais, como Movimento Negro e o Movimento de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, construídos por meio reconhecimento e valorização de identificações.

⁷ SANTOS, WANDERLEY GUILHERME. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltd, 1979.p.75



Os Novos Movimentos Sociais, em especial o Movimento Negro, originários do processo de reformulação política e social, operado após a redemocratização, atuaram na chave da mudança da estrutura educacional, principalmente por meio da percepção da diversidade cultural e da importância da garantia de direitos as múltiplas identificações que os sujeitos portam. Este contexto insere o debate e questionamento acerca do modelo de cidadania até então vigente. Os sujeitos marcados pelas experiências da diferenças vêm-se eclipsados em seus direitos e garantias, sob um conceito que busca a representatividade das esferas normatizadas da vida social. Trata-se da representatividade legítima de experiências homogeneizadoras e normatizantes. Suscita-se, a partir deste contexto, um modelo de cidadania que problematize o reconhecimento e a valorização horizontal de sujeitos portadores de quaisquer que sejam os marcadores da diferença. A visibilidade positiva de práticas sociais da diferença e, conseqüentemente, sua materialização em documentos legais, como os estudados neste *papper*, primam pela discussão da inserção da dimensão cultural nas esferas a cidadania.

O novo modelo de cidadania proposto pelas discussões teórico-acadêmicas contemporâneas se alicerça no reconhecimento da orientação sexual, da raça, da geração, da nacionalidade, ou seja, em características distintivas dos sujeitos. Logo, ganha destaque a desconstrução de um modelo democrático que se caracteriza por um processo de marginalização de grupos sociais nomeados como “minorias”. Sob este aspecto a educação para a cidadania (Torres, 2003, p.83), como uma das esferas do multiculturalismo, enquanto um fenômeno de nosso mundo globalizado, que suscita questões de um espaço e tempo marcado pela efervescência das questões trazidas pela diferença (Souza, 2002), coloca em questão o reconhecimento da identidade étnico-racial e da diferença cultural na esfera da expansão dos direitos de cidadania para além de um de um marcador de status social.

Educação, diferença e raça

A construção das identidades sempre foi consciente ou inconscientemente, combinada na política educacional com a noção da construção da cidadania, como se identidades e cidadania fossem marcadores fixos e, além disso, ambas sempre coincidem, assumindo-se que a cidadania pode ser adjetivada como uma representação cultural com um grau de homogeneidade e precisão histórica. Pautando-se no racismo, os teóricos da crítica racial (Torres, 2003, p. 77) argumentam que a cidadania não pode mais ser tratada como uma identidade homogênea na busca dos direitos e obrigações.



As interpretações do que as instituições e práticas educacionais deveriam desempenhar na constituição do pacto social que articula a democracia, são vistas na direção da construção de outro modelo de cidadania. O conceito de cidadania, compreendido na esfera dos direitos sociais, políticos e civis é questionado quando pautado por um padrão identitário construído sob a concepção da homogeneidade. Partindo de uma visão questionadora da homogeneidade, ou seja, do apagamento das diferenças de classe, raça, sexo, orientação sexual, geração, naturalidade, configuram-se análises sobre as estruturas hierarquicamente desenhadas no histórico da sociedade contemporânea.

Uma análise do modelo educacional direcionada a percepções sobre os componentes da educação escolar e do espaço escolar como espaço de aprendizagem, nos leva a problematizar as contribuições desse espaço para a perpetuação dos modelos de socialização e formação que corroboram com normas e padrões hierárquicos. Nesta lógica, questiona-se a construção das identidades fixas, centradas, unificadas e a – históricas. (Hall, 2005, p. 10). Para este autor, o sujeito pós-moderno descendente da crise da identidade, processo que deslocou as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalou os quadros de referência que forneciam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social, tornou-se mais provisório, variável e problematizado. Esse processo tornou o sujeito pós-moderno oponente de uma conceituação identitária fixa, essencial e permanente (Hall, 2005, p. 12).

Devo ressaltar a importância teórica atribuída à educação como elemento de formação no modelo de desenvolvimento cunhado pelo Estado- Nacional. A análise da educação por meio dos documentos que instituem políticas educacionais passa a ser problematizada quanto da inserção de uma diversidade que se constitui no encontro das diferenças. Essas marcadamente distintas na composição dos sujeitos sejam das identidades coletivas, sejam das individuais, ambas imbricadas nas demandas por direitos não abarcados no projeto iluminista de cidadania.

Bibliografia

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Lei n 10.172, de 9 de Janeiro de 2001.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394 20 de novembro de 1996.

BRAH, AVTAR. *Diferença, Diversidade e Diferenciação*. In: *Cadernos Pagu*, n. 26, Campinas: EdUNICAMP, 2006.



- GOMES, NILMA LINO. *Trajétoias escolares, corpo negro e cabelo e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e/ou ressignificação cultural?*. Artigo apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, Grupo de Trabalho: Relações Raciais/ Étnicas e Educação, 2002.
- HALL, STUART. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In. : *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editorores, 1979.
- RODRIGUES, TATIANE COSENTINO. *Movimento Negro no Cenário Brasileiro: Embate e Contribuições à Política Educacional nas Décadas de 1980-1990*. Mestrado em Sociologia, UFSCAR. São Carlos, 2005.
- SANTOS, WANDERLEY GUILHERME. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltd, 1979.
- SILVÉRIO, VALTER ROBERTO. A Diferença como realização da liberdade. Introdução. In: Abramowicz, Anete; Barbosa, Lúcia Maria de Assunção e Silvério, Valter (orgs). *Educação como Prática da Diferença*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- SILVA, PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES. *Movimento Negro, Educação e Produção do Conhecimento de Interesse dos Afro-Brasileiros*. Artigo apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Grupo de Trabalho: Movimentos Sociais e Educação, 1995.
- SOUSA, KARINA ALMEIDA. *Educação e Questão Étnico-Racial na Pós-Redemocratização: Uma análise das associações ANPOCS e ANPED*. Relatório Final apresentado como requisito a Iniciação Científica CNPQ/PIBIC, UFSCAR, Agosto 2008.
- SOUZA, MARCELO GUSTAVO ANDRADE DE. *Diferença e Tolerância: Por uma Teoria Multicultural de Educação*. Artigo apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, Grupo de Trabalho: Sociologia da Educação, 2002.
- TORRES, CARLOS ALBERTO. Democracia, Educação e Multiculturalismo: Dilemas da Cidadania em Mundo Globalizado. In: *Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação*. Carlos Alberto Torres (org). São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003, pp.63-101.